

# SUMÁRIO

Prefácio.....	11
Introdução.....	13
<b>1. A Separação dos Poderes e o Princípio Constitucional da Inafastabilidade da Jurisdição .....</b>	<b>17</b>
1.1. Teoria do Estado e a separação dos Poderes.....	18
1.1.1. Releitura dos princípios da separação de Poderes e da inafastabilidade da jurisdição e o fim do monopólio estatal para distribuição de justiça.....	20
1.1.2. A separação de Poderes, de Montesquieu a Ackerman .....	27
1.1.2.1. Montesquieu e o modelo clássico de separação de Poderes....	28
1.1.2.2. Madison e o modelo federalista de separação de Poderes americano .....	32
1.1.2.3. Bruce Ackerman e a nova divisão de Poderes .....	35
1.1.3. O equilíbrio dos Poderes do Estado.....	47
1.2. A função jurisdicional.....	49
1.3. A aplicação do princípio da inafastabilidade e a jurisdição compartilhada no direito brasileiro.....	52
<b>2. A Processualidade Administrativa e o Conselho de Recursos do Seguro Social – CRSS.....</b>	<b>63</b>
2.1. Processo administrativo e o processo judicial. ....	64
2.1.1. O processo e a processualidade administrativa .....	64
2.1.2. Conflitos e sobreposições das instâncias administrativas e judiciais .....	72

---

2.1.2.1. Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).....	73
2.1.2.2. Impactos na estrutura de custos dos órgãos e do INSS.....	75
2.1.3. A visão dos magistrados e dos advogados sobre a judicialização dos conflitos previdenciários .....	77
2.2. Estrutura principiológica, orgânica, normativa e procedimental do Conselho de Recursos do Seguro Social .....	83
2.3. O Conselho de Recursos do Seguro Social em números.....	91
<b>3. A Política Judiciária Nacional, o Necessário Fim da Cultura Judiciária e a Utilização de Órgãos Públicos para a Prevenção e para a Solução de Conflitos Previdenciários.....</b>	<b>97</b>
3.1. A especialização técnica e a qualificação dos órgãos e dos membros do CRSS .....	99
3.1.1. A especialização técnica.....	100
3.1.2. A qualificação técnica dos órgãos e dos membros do CRSS .....	102
3.2. A legitimação e o reconhecimento do Conselho como foro de solução dos conflitos previdenciários .....	107
3.3. A uniformização, a sistematização e a prevalência da jurisprudência administrativa.....	113
3.4. A política nacional judiciária e o papel do CRSS para concretizá-la .....	117
<b>Conclusão .....</b>	<b>121</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>129</b>